MASCULINIZAÇÃO, CONSERVADORISMO E MISOGINIA: AS OPRESSÕES PRESENTES NA PERFORMANCE DO GAY PADRÃO

MASCULINIZATION, CONSERVATISM AND MISOGYNY: THE OPPRESSIONS PRESENT IN THE PERFORMANCE OF THE STANDARD GAY

Leonardo da Silva Martinelli[*]
leonardos.martinelli@gmail.com

Joana Maria Pedro[**]
joanamaria.pedro@gmail.com

RESUMO: Neste artigo, analisa-se a formação do sujeito *gay padrão* na sociedade brasileira a partir do papel desempenhado pela imprensa escrita na sua fabricação, ocorrida nas duas últimas décadas do século XX. Com base na conjuntura em que ele emergiu e das características que compuseram a sua subjetividade e estética, objetiva-se analisar e compreender os seus efeitos e formas de opressão, sobretudo misóginas, perpetradas tanto no universo homossexual quanto na sociedade como um todo. Teoricamente, a pesquisa fundamenta-se numa análise histórica embasada nos estudos de gênero, pensamento foucaultiano, e está metodologicamente amparada por pressupostos da análise de conteúdo de publicações em periódicos daquela época. A pesquisa demonstrou as conexões que envolveram a construção do *gay padrão* no Brasil e a ação da cisheteronormatividade e do patriarcado como componentes que incutiram nesse sujeito a reprodução da desqualificação do feminino, tornando os *gays padrão* em certa medida agentes reprodutores da misoginia, mas ao mesmo tempo efeitos da própria normatização que os moldou.

PALAVRAS-CHAVE: Gay padrão; Masculinidade; Misoginia.

ABSTRACT: This article analyzes the formation of the *standard gay* in Brazilian society based on the role played by the written press in its creation, which occurred in the last two decades of the twentieth century. Based on the conjuncture in which it emerged and the characteristics that made up its subjectivity and aesthetics, the objective of the article is to analyze and understand the effects and forms of oppression, especially misogynistic ones, of the *standard gay* subject, perpetrated in the homosexual universe and society as a whole. Theoretically, the study involves a historical analysis based on gender studies and Foucauldian thought, and is methodologically supported by content analysis of publications in periodicals of that time. The research demonstrated connections that involved the construction of the *standard gay* in Brazil and the action of cisheteronormativity and patriarchy as components that instilled in this subject a reproduction of the disqualification of the feminine, which to a certain extent made *standard gays* agents of misogyny, but at the same time effects of the very normalization that shaped them.

KEYWORDS: Standard gay; Masculinity; Misogyny.

Considerações iniciais

[*] Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e integrante da Rede de Historiadores e Historiadoras LGBTQI+. Atualmente é professor de História da rede pública estadual do Rio Grande do Sul.

[**] Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado na Université d'Avignon - França, e na Brown University - Estados Unidos. Professora Emérita da Universidade Federal de Santa Catarina. Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina.

Recebido em 24 de julho de 2025
Aprovado em 10 de outubro de 2025

"Padrão" é uma palavra que vem do latim *patronu* e significa "aquilo que serve de base ou norma para avaliação; medida" (Ferreira, 2010, p. 556). Também pode ser compreendido como um modelo, exemplo, protótipo. O *gay padrão* é a categoria usada por pessoas homossexuais, mas não unicamente, para nomear especialmente os sujeitos gays brancos e cisgênero tidos como os mais belos, atraentes e bem-sucedidos do universo homossexual[1]. Em outras palavras, trata-se dos gays que exibem o modelo de beleza masculino mais valorizado, mas não apenas isso; são aqueles que também possuem um comportamento e estilo de vida normatizado e normalizado. Esse sujeito foi produzido sob a égide do regime cisheteronormativo e tornado a referência gay para ser mais bem aceito socialmente, gozando do prestígio e do desejo erótico aferido por outrem sobre si.

O que chamamos de *gay padrão* no Brasil foi o sujeito gay produzido como parte de um fenômeno biopolítico transnacional que ocorreu no país entre a segunda metade da década de 1980 e o fim da década de 1990 (Martinelli, 2023). Esse processo que transformou as subjetividades homoeróticas e fabricou um novo sujeito gay contemporâneo é entendido como parte de um processo global, não um acontecimento exclusivamente nativo do nosso país, tampouco mera importação de um modelo estrangeiro. Ele é compreendido como resultado de conexões inter-relacionais decorrentes da difusão da cultura gay estadunidense pós-Segunda Guerra Mundial (D'Emilio, 1983); do aparecimento de características compartilhadas e tidas como "homonormativas" por parte de uma parcela dos gays em diferentes países (Drucker, 2017); da fabricação do corpo masculino musculoso tido como o mais belo e atraente (Conrad, 2022) e da epidemia do hiv-aids da década de 1980.

Conforme analisou Martinelli (2023) em sua tese, esse fenômeno histórico foi resultado de um processo de normatização da vida voltado ao controle biopolítico da população homossexual, tendo sido gestado em meio à cultura sexual brasileira, a conjuntura política, social, de saúde e econômica das duas últimas décadas do século XX. A ação de tecnologias de poder a partir das mídias, especialmente da imprensa daquela época, contribuiu na fabricação estética, subjetiva, racional, de gênero, classe e origem étnico-racial do sujeito gay normatizado e, posteriormente, normalizado. Trata-se, então, de um fenômeno

[1] Universo homossexual diz respeito à diversidade de vivências e existências homoeróticas mistas na sociedade, não se limitando à identidade assumida pelos sujeitos, mas, sim, à sua vinculação ao uso desse tipo de prazer.

que produziu novas subjetividades lapidadas pelo seu tempo, mas igualmente efeito do regime cisheteronormativo em tempos neoliberais.

O objetivo deste artigo é analisar os desdobramentos que essa nova subjetividade e sujeição acarretaram socialmente, produzindo afetos, sensibilidades, atração e repulsa nas pessoas através dos efeitos invisíveis que essas relações produziram (Rolnik, 2016), mas também os visíveis. Isso afetou as relações de gênero reiterando formas de opressões patriarcais, machistas, misóginas, falocêntricas e neoliberais, bem como os próprios sujeitos gays foram afetados por essas tecnologias biopolíticas de normatização e normalização homossexual na contemporaneidade. Para analisar esses componentes que atuaram na fabricação do corpo, gênero, estética e vivências dos *gays padrão*, são utilizadas como fontes as revistas *Rose*, *Pleiguei*, *Veja*, *Spartacus* e *Sui Generis*. Teoricamente, a pesquisa fundamenta-se nos estudos de gênero e no pensamento foucaultiano, estando metodologicamente amparada por pressupostos da análise de conteúdo (Bardin, 2011) e análise histórico-semiótica de imagens (Mauad, 2005).

Corpo, gênero e subjetividade

Desde tenra idade e a partir das "marcas" inscritas em sua carne, os meninos são ensinados, através de diferentes pedagogias, a tornarem-se homens (Louro, 2019). Ser homem, no entendimento predominante compartilhado nas sociedades modernas ocidentais, é ter nascido com um pênis, ser cisgênero, comportar-se socialmente conforme as expectativas para um sujeito masculino dentro de sua cultura e desejar mulheres. É por meio da maturação biológica das suas carnes sexuadas e da ação das instituições sobre o processo de socialização que os sujeitos adquirem os signos da virilidade (Baubérot, 2013). Portar esses signos significa que o sujeito "passa por" homem socialmente, ou seja, é visto dessa forma pelas outras pessoas. Ser reconhecido como um homem significa a identificação e a pressuposição de um sujeito heterossexual. Cabe lembrar que mesmo aqueles que tinham relações homoeróticas com uma *bicha* nos anos 1960 ou 1970 não eram tidos, necessariamente, como homossexuais, pois os códigos sexuais populares partiam da ideia de complementaridade (masculino/feminino; ativo/passivo) (Fry, 1982). Desde que o homem cumprisse com seu suposto papel sexual/social, o estigma recaía sobretudo ao passivo, ao sujeito que se deixava dominar por outro (Misse, 2007); ou seja, aquele que transgredia as normas de gênero e de orientação sexual pelo regime político cisheteronormativo.

A separação entre sexo, gênero e desejo não era claramente definida nos anos oitenta e noventa. O homossexual não era considerado plenamente um homem. Ele era rebaixado, como se fosse um homem inferior, que valia menos. Não era considerado como "normal", uma vez que não sentia atração por mulheres e/ou não reproduzia os cânones da masculinidade. No entanto, também não era uma mulher. Era um sujeito do entre-lugar. A área médica atribuía a ele a desqualificação de ser um doente; as religiões abraâmicas a noção de pecador; e o estereótipo reproduzido desde o século XIX o de um "invertido", "terceiro sexo" (Green, 2022), o que reforçava o imaginário popular e a discriminação. Mesmo aqueles homossexuais que fossem cisgênero e vistos com o status de homens, caso tivessem seu desejo afetivo-sexual revelado, seriam estigmatizados. Isso fez com que esse prazer se tornasse um segredo que, se bem escondido, podia ser experienciado livre de violências, mas havia todo um aparato que impedia que ele fosse aceito e respeitado publicamente.

Foi no fim da década de 1970 e o início da seguinte que o ativismo homossexual no Brasil foi organizado e publicamente apresentado como um coletivo em prol dos direitos das pessoas homossexuais, sobretudo a esta forma de vivência e uso dos prazeres. Ao mesmo tempo, foram responsáveis pela articulação e positivação da identidade homossexual, apresentada como uma forma válida de vida, positiva, que encorajava as pessoas a assumirem-na, cujos resultados sinalizaram que não se tratava de um grupo pequeno, mas que possuía adeptos em diferentes profissões e camadas sociais. Era o tempo de assumir a homossexualidade, como pontuou Souto Maior Jr. (2019). Usar a sexualidade como componente para a definição primeira do sujeito já era uma constante desde o século XVIII, conforme analisou Foucault (2020). Usar a orientação sexual como núcleo de uma identidade singular acompanhava movimentos que ocorreram também a nível global. "Não temos vergonha. Temos orgulho. É legal ser homossexual!" dizia trecho de um texto lido no final do show "Cheguei, sou gay", ocorrido no dia 28 de junho de 1981, no Teatro Gregório de Matos (GGB, 1981).

O tema das homossexualidades também cresceu na mídia nos anos 1980. Homossexuais passaram a aparecer mais na televisão, nas novelas, assim como na imprensa escrita. Ao analisar as matérias da revista *Veja* daquela época, foram coletados vários vestígios para compreender parte desse processo de visibilidade. Usar um periódico do tipo semanal de informação voltado à classe média urbana e que publicava assuntos diversos, não

especificamente direcionados à população homossexual, é útil para captar a dimensão com que a temática foi difundida. A partir da análise dos títulos e imagens publicadas, tendo em vista que a revista publicava em média 52 edições anuais, constatou-se que 30 publicações, focalizando a homossexualidade, foram veiculadas no ano de 1980, 25 em 1981, 10 em 1982, 14 em 1983 e 24 publicações em 1984 (Martinelli, 2023). Até esse ano, a maior parte dessas publicações era mista, e mencionava experiências homoeróticas de gays, lésbicas e travestis, tendo sido agrupadas na categoria homossexualidades. Já a partir da segunda metade dessa década, a quantidade de matérias que citou essas pessoas, mas que esteve voltada à epidemia do hiv-aids, predominou enquanto categoria heurística.

No começo da década de 1980, a maioria dos sujeitos das camadas populares entrevistados por Parker (2002) desconhecia o uso da categoria homossexual, e utilizava outras terminologias para se autodefinir. Durante esse período, as pessoas homossexuais foram conhecendo e assumindo essa identidade, sendo que a sua existência publicizada tornou-se cada vez mais visível na sociedade, chegando ao conhecimento de pessoas que tinham pouco ou quase nenhum contato, conhecimento, sobre as homossexualidades. Há aí, porém, uma contradição no que diz respeito à expressão de gênero que teriam essas pessoas homossexuais. Entre 1980 até o começo de 1985, na revista *Veja*, foi possível observar que, de todas as pessoas que integravam essa população homossexual, os gays foram os mais citados e mostrados em imagens nas publicações, dos quais todos os apresentados como personagens fictícios foram retratados de forma predominantemente caricata, efeminada, reproduzindo o estereótipo "da mulher presa no corpo de um homem" (Green, 2022, p. 101). Os sujeitos homossexuais reais veiculados, por sua vez, aparentavam ser mais masculinos (Martinelli, 2023).

Essa questão de qual imagem do sujeito homossexual deveria ser apresentada para a sociedade não era consensual nem mesmo dentro do próprio Movimento Homossexual no Brasil (MacRae, 2018). Havia militantes que defendiam que o gay deveria se comportar como homem, ser sério, usar determinadas palavras e não outras, ou seja, ser mais masculino, o que se traduz na ideia de reprodução da cisgeneridade. E aqui cabe lembrar dos *entendidos* estudados por Carmem Dora Guimarães (2004), que poderiam ser descritos segundo o modelo igualitário proposto por Fry (1982), ou seja, estabelecido entre homossexuais cisgênero.

Já outros militantes pensavam o contrário; eram defensores de um comportamento transgressor, efeminado, ressignificando expressões pejorativas atribuídas, ou seja, alguém que transitava nas fronteiras do gênero ou, quiçá, não estivesse refém dela. Essa problemática analisada inicialmente por Edward MacRae em 1982 revela a tensão que envolveu a personificação de um sujeito que estava sendo apresentado como homossexual para a sociedade. De fato, uma disputa em torno de uma representação que iria prevalecer enquanto referencial de um grupo que sempre foi misto e plural, mas que, naquele momento, passou a militar politicamente de uma forma muito distinta dos ativismos anteriores.

A luta e a conquista da despatologização da homossexualidade foram um avanço significativo para as pessoas homossexuais[2], no entanto, nessa mesma época, a epidemia do hiv-aids abalou a imagem dessas pessoas, sobretudo por ter sido vinculada inicialmente a esse grupo, como parte dos chamados 4H[3] (Teodorescu; Teixeira, 2015). Como sugerem Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009), houve uma repatologização das sexualidades dissidentes da heteronormatividade. A maior parte das publicações na revista *Veja* (1982-1999) que abordaram a epidemia mencionaram em algum momento as pessoas homossexuais, o que reforçou, de certa maneira, essa vinculação; não foi uma ação isolada desse periódico, mas se somava a outros que igualmente abordavam dessa forma a questão.

A aids acabou contribuindo na produção do sujeito *gay padrão* como parte das tecnologias de poder biopolíticas que normatizaram a população homossexual brasileira nas últimas décadas do século XX, principalmente as masculinidades gays, ao reforçar características como: discrição, cisgeneridade, virilidade, cuidado do corpo e monogamia. A epidemia gerou, de um lado, o "enrustimento" dos homossexuais (Trevisan, 2018). Identificar-se como gay era quase um pré-requisito para ser visto como doente, haja vista a popularização e vinculação da aids às homossexualidades. Dessa forma, aderir às normas regulatórias do gênero era uma possibilidade para tentar evitar discriminações e "passar por homem" socialmente, pois ainda perdura a ideia de que um "homem de verdade" é *pari passu* heterossexual. Para além da imposição vertical da performatividade do gênero sobre os sujeitos (Butler, 2017), cabe lembrar de que ela pode ser usada como uma estratégia de

[2] Sobretudo gays e lésbicas, travestis e transexuais ou pessoas transgênero somente conquistaram sua despatologização em 2018.
[3] Diz respeito aos quatro "grupos de risco", termo usado na época em referência às pessoas que tinham maior propensão de contrair e difundir o vírus hiv: homossexuais, hemofílicos, haitianos e heroinômanos.

sobrevivência em algumas situações. No entanto, a expressão do gênero masculino precisava estar em sintonia com os demais signos que creditavam a masculinidade e a identidade do homem: postura, gestos, forma de se vestir, falar, comportamento, gostos e habilidades.

As manifestações da doença no corpo das pessoas também se tornaram indícios de suspeita. Muitas informações divergentes no período da epidemia acabaram causando pânico social e apareceram duas correntes antagônicas no que dizia respeito ao trato da doença: a "escola do dr. Veronesi" e a "escola do dr. Teixeira" (Mott, 1987). Herbert Daniel (1991) pontuou, em 1986, que o pânico mataria mais do que a doença em si. Os efeitos dela no corpo dos doentes – manchas vermelhas, fraqueza, febre, diarreia – resultavam no seu emagrecimento, um sinal que foi muito atentado no estabelecimento das relações sociais. Isso porque muitas pessoas excluíam os doentes e suspeitos por medo ao contágio, havendo até mesmo notícias de expulsão de pessoas das cidades, como ocorreu com um cabeleireiro homossexual da cidade de Araguari, em Minas Gerais (Primeira, 1985).

Cultivar um bom físico, possuindo um corpo aparentemente saudável, lapidando-o de forma a se distanciar da associação à magreza e à doença, foi uma ação reforçada na época. Sabe-se que isso não era garantia nenhuma de bem-estar do sujeito, mas, aparentemente, desse modo, ele não seria excluído socialmente ou taxado de doente. E é justamente na segunda metade da década de 1980 que o modelo de beleza masculino passou a ser alterado; passou a ter um biotipo físico musculoso que passou a estar cada vez mais em voga na imprensa e na sociedade. Para perceber essa alteração, pode-se utilizar alguns vestígios da própria imprensa da época, sobretudo a direcionada a pessoas homossexuais.

Entre o fim da década de 1970 e início de 1980, a revista erótica nacional *Rose* (1979-1983) veiculou fotos de homens nus que despertavam o deleite erótico do público consumidor, que era misto: embora direcionado inicialmente às mulheres, depois, assumiu um viés homossexual. Mesmo com a alteração editorial, o biotipo dos modelos masculinos comercializados permaneceu igual. Os sujeitos que estampavam as capas da revista eram em sua maioria jovens, brancos, bronzeados, imberbes, com poucos pelos no corpo e biotipo físico longilíneo. Esse foi o padrão de beleza masculino que sobressaiu naquele periódico e que era destacado como o padrão da época pela revista (Cartas, 1980a), tendo igualmente aparecido em outros periódicos, como no *Lampião da Esquina*, nos anúncios para a venda desse jornal (Publicidade, 1979a; 1979b; 1980), bem como nos modelos que foram capa da revista *Pleiguei*

(1981-1982), de Aguinaldo Silva. Predominava uma estética branca, jovial e da magreza masculina, mas cabe lembrar de que esse modelo também era racializado, pois, ao mesmo tempo que se produzia o que era belo, estava a se indicar biotipos físicos que não o eram, sendo *Rose* um exemplo notório para analisar a construção e críticas desse padrão (Souto Maior Jr.; Martinelli, 2025).

Esses corpos fotografados e acessados pelo público, na época, eram produtos de consumo que revelavam não apenas um modelo de masculinidade que envolvia o biotipo físico dos modelos que estavam disponíveis e aceitavam ser fotografados para estampar as páginas da revista, mas também sinalizavam o apreço por uma parcela da sociedade que demandava ver corpos masculinos despidos. Esse imbricativo estava conectado à cultura compartilhada e à relativa liberalização da censura que tornou possível adquirir revistas eróticas de nus masculinos em poses cada vez mais ousadas. A ação das revistas era moldada pela conjuntura e as forças que operavam sobre elas, mas também moldava desejos, corpos, subjetividades, fabricava gostos e masculinidades. Isso, porém, não apagava o apreço por outros biotipos físicos, conforme endossaram algumas críticas publicadas nas seções "cartas à redação" da revista *Rose* (1979a; 1979b; 1980; 1981).

Já em meio à epidemia do hiv-aids, constatou-se a veiculação de um novo modelo de beleza masculino, este caracterizado por um biotipo musculoso. A revista nacional *Spartacus* (1987-1990) foi uma das primeiras de que se tem conhecimento a veicular corpos masculinos musculosos, fortes, bronzeados e transparecendo a imagem de um homem maduro. Não era a única estética publicada nessa revista, mas a elegida para aparecer nas capas e destaques internos do periódico, o que sinaliza o início de uma mudança no corpo masculino tornado objeto de desejo e que passou a ser cada vez mais apreciado nas revistas eróticas produzidas no Brasil.

Esse poder exercido pelas mídias produz sentidos, discursos, representações, desejos, podendo transformar as pessoas que consomem seu produto. É algo que vai além da intencionalidade imediata do público de ver homens nus. Tipos de masculinidades transparecem aí, assim como partes do corpo são explicitadas e apresentadas de modo a seduzir quem as observa, por meio de técnicas fotográficas, posições, luzes e ambientes que colocam em primeiro plano o que querem enfatizar como belo, atraente e charmoso. Tudo

isso, no entanto, é apropriado ou não a partir dos códigos culturais da época e de quem consumia esses produtos.

Ao manusear esses impressos, o público consumidor emprega habilidades para decodificar as mensagens e signos que fazem parte do seu arcabouço cultural, técnicas que atuam na mediação do processo de intercâmbio simbólico, conforme pontuou Thompson (1998). Isso significa que tanto os textos escritos quanto as imagens selecionadas e organizadas no *layout* para compor as seções dos periódicos são decodificadas a partir dos filtros culturais que o público possuía. Além disso, há de se considerar as próprias práticas de leitura da época, como alerta Chartier (1990), e o tipo de texto lido. Manusear ou ler uma revista da grande imprensa diferia de uma revista erótica. Os espaços onde isso ocorria variavam e dependiam do contexto familiar de cada pessoa.

Como foi possível analisar nos periódicos da época e no período estudado, o biotipo musculoso, inicialmente acessado pelos gays nas revistas eróticas, foi uma característica predominante na composição do modelo de gay viável e aceito na sociedade – o que viria a ser chamado de *gay padrão*. Arquétipo que esteve conectado com outras transformações sociais, culturais e políticas a nível global.

O gay consumidor, conservador e não militante

Na década de 1990, de maneira mais expressiva, empresários passaram a atentar para essa população homossexual como um público consumidor, não apenas no Brasil, mas também em outros países. Isso não quer dizer que essas pessoas não fizessem parte do mercado de consumo; diante, todavia, de certas pesquisas que indicavam um poder aquisitivo considerável de parcela dessas pessoas[4], passaram a ofertar produtos direcionados a esse segmento, borrando os limites entre o preconceito e a aceitação da sua orientação sexual por meio do seu poder de compra. Nunan (2003) realizou uma pesquisa com homossexuais das camadas médias e altas do Rio de Janeiro, em 2001, e os dados revelaram que eles acreditavam que, de fato, pertenciam a um segmento privilegiado devido à monogamia e por não possuírem filhos.

Cabe lembrar que, antes dessa inserção via mercado neoliberal nos anos 1990, no Brasil, os espaços de sociabilidade homoerótica que existiram tendiam a ser concentrados em

[4] Essa tendência era chamada no exterior de DINKs.: *Double Income No Kids* (Duas rendas sem filhos).

áreas mais marginalizadas da sociedade, haja vista a discriminação a esse grupo de pessoas e o repúdio a tais manifestações de prazer. Isso, contudo, não significa que tais estabelecimentos aceitavam plenamente tal clientela, mas era a que lhes dava lucro, logo, tolerada, como o famoso bar novaiorquino *Stonewall Inn* (Quinalha, 2022), mito fundante do atual movimento LGBT+.

O discurso estadunidense do *gay friendly* no Brasil emergiu em 1993, sob a sigla GLS, em referência a gays, lésbicas e simpatizantes. Esse distintivo indicava produtos, locais ou ambientes que eram favoráveis e que acolhiam as pessoas homossexuais, sendo que nesses espaços elas poderiam sentir-se bem, não passando por constrangimentos ou hostilidades. Não se localizavam unicamente em territórios marginalizados, mas inseridos em áreas mais centrais da cidade, visíveis. Lá poderiam frequentar pessoas homossexuais e simpatizantes da causa, permitindo uma convivência harmoniosa entre essas pessoas. Era também uma possibilidade de pessoas "enrustidas" conhecerem o "mundo gay" sem necessariamente assumir essa identidade, aspecto que alguns autores também consideram negativo (Trevisan, 2018).

Vários produtos passaram a ser criados para a população homossexual, dentre os quais se pode citar: revistas eróticas, bares, boates, selo de livros, livrarias, roupas, bem como empresas de turismo como a Inter-rainbow, Tropicalis, Ruditour, Over e Álibi (Reinaudo; Bacellar, 2008). Algumas pessoas empreendedoras eram também homossexuais. Outras modalidades de flerte passaram a ser agenciadas com o surgimento da internet, criação de *sites*, salas de bate-papo, troca de fotos, dentre outras. Também foi em 1997, em São Paulo, que surgiu a primeira Parada GLT[5], tornando-se um evento tradicional do país.

O viés mercadológico acabou contribuindo no sentido de uma inserção humanizada das pessoas homossexuais a partir do seu poder de compra, embora tais dados não correspondam à totalidade desse grupo, mas, sim, a uma fração pequena. Por outro lado, esse avanço sutilmente sugeriu que não havia mais o que buscar em termos de direitos, já que não era proibido ser homossexual e eles estavam sendo mais aceitos na sociedade. Teriam conquistado tudo. Dessa forma, a politização em torno de um movimento passou a ser vista com relativo desdém, sendo que alguns veículos de comunicação homossexual, como a revista

[5] Termo usado, na época, em referência a gays, lésbicas e travestis.

Sui Generis (1994-2000), tenderam a investir mais na questão do entretenimento do que de uma militância.

Conforme pontuou Lima (2018), a revista contribuiu na construção e difusão de um estilo de vida gay voltado ao seu público, que era a classe média urbana. Ao mesmo tempo, acabou produzindo subjetividades e um sujeito assumido e bem resolvido, psicologicamente e profissionalmente. Foi um dos principais periódicos da chamada imprensa gay daquela época.

Devido à disseminação da epidemia de hiv-aids no país, as relações sexuais enquanto vetores de transmissão receberam atenção especial. Atrelou-se a doença às práticas sexuais e, consequentemente, agitaram-se os moralismos em voga. A monogamia foi apresentada nos discursos e notícias não por ser parte dos chamados bons costumes da sociedade, apesar de acabar sendo exatamente reforçada, mas a fim de conter a disseminação do vírus. As relações homoeróticas foram generalizadas e tidas como libertinas, estigmatizando a variação de parceiros sexuais. Alguns excertos dessas notícias na mídia pontuam essa questão: "[...] o grupo mais exposto ao risco, justamente pela promiscuidade, é formado pelos homossexuais"; ou, ainda, frases do tipo: "Ninguém deve encarar isso como uma licença para entregar-se à promiscuidade sexual" (Uma, 1985). A profusão dessa ideia de "promiscuidade", localizada também em outras publicações da grande imprensa, indicava a necessidade de investir em relações sexuais mais duradouras, com companheiros fixos. Todavia, foi um alerta direcionado apenas às pessoas homossexuais; as demais foram supostamente isentas desse "conselho".

Em 1995, a deputada Marta Suplicy elaborou um projeto de lei que regulamentava a parceria civil entre pessoas homossexuais perante o Estado brasileiro. Essa proposta não surtiu efeito, foi criticada e, através de mecanismos internos, adiada até ser, por fim, arquivada. Em outras palavras, era reflexo de uma classe governante (e de uma sociedade) que ainda não via plenamente tais relações como normais, passíveis de serem vividas de modo informal, sem modificar o regime da cisheteronormatividade institucionalizada devido ao preconceito. Era, igualmente, um sinal de que as pessoas homossexuais não haviam conquistado tudo de que precisavam em termos de direitos e igualdade social mediante sua incorporação social via mercado. Ainda havia muito por que lutar. Isso significa que nem os mais bem-aceitos socialmente, fossem ricos ou cisgênero, poderiam cogitar formalizar perante o Estado sua

conjugalidade. Ou seja, de um lado, foi incentivada a relação monogâmica, por causa da aids, mas, por outro, tais relações não foram reconhecidas pela sociedade e pelo Estado.

O processo de normatização biopolítica homossexual ocorrido entre a década de 1980 e 1990 produziu uma norma que foi materializada no modelo do *gay padrão*. Sujeito que nos anos 1990 era chamado de *barbie*, integrante de uma subcultura gay citadina. As *barbies*, chamadas no feminino, constituíam uma forma irônica de referir-se a gays musculosos que exibiam seus corpos com orgulho e vaidade, biotipo que passou a ser o modelo de beleza viril masculina da sua época e, como se sabe, também contemporâneo. Depilados, usavam camisetas coladas ao corpo ou regatas para exibir os braços torneados, sendo que boa parte deles ficava sem a camiseta nas baladas, agrupando-se com outros que possuíam o mesmo padrão estético. Juntos, não passavam despercebidos e causavam a admiração por boa parte dos presentes, pois ostentavam signos da masculinidade que mobilizavam os desejos homoeróticos.

Ronaldo Trindade acrescenta que as *barbies* tinham um corte de cabelo curto, usavam calças jeans justas cujas cuecas de cós alto ficavam à mostra, possivelmente erotizando sua performance. Contudo, realizar exercícios físicos e obter um corpo musculoso não bastava, pois, para o autor, era necessário usar determinadas roupas, ter dado corte de cabelo, frequentar determinados espaços e comportar-se dentro deles de uma determinada forma (Trindade, 2004). Isadora Lins França (2012) reitera essa questão ao destacar a distinção simbólica que envolvia o consumo em determinados lugares, mas o fato de que também se consumia os próprios lugares, pois, dessa forma, a identidade do sujeito seria produzida e validada. Por exemplo, não bastava fazer musculação, era necessário fazer junto com os seus semelhantes e na academia comum a eles, pois era nela que se produziam os efeitos simbólicos, a criação de redes de sociabilidade e a solidificação dessa subcultura gay.

A revista *Sui Generis* ilustrou parcela dessas *barbies* em conceituadas baladas noturnas daquela época. O seu perfil editorial não veiculava ensaios de nudez, com raras exceções, apesar de alguns leitores cobrarem isso, mas queriam diferenciar-se das revistas pornográficas, destacando que seus objetivos eram outros. Segundo Jorge Caê Rodrigues (2010), o editor Nelson Faria baseou-se na fórmula “beleza, dinheiro e sucesso” para produzir essa revista, agregando a ela um pouco de ativismo. Em suma, uma imagem de gays e lésbicas bem-sucedidos foi difundida.

Enquanto alguns gays já haviam adotado e assumido a identidade *barbie* no interior desse universo homossexual, outros sequer sabiam o que isso significava, como o jovem Bruno, do estado do Rio de Janeiro, que disse estar entrando no "mundo gay" naquele momento. Escreveu à redação da *Sui Generis*:

> Escrevo para protestar em nome de todos os gays novos, pois **estou entrando no mundo gay agora e fico sem entender algumas palavras (gírias) que vocês falam**. Sim, porque eu adoro a Sui Generis, mas se não decifrarmos toda a reportagem, consequentemente, ficamos sem entender toda a revista. Os termos em inglês também vocês digam o que significam. **Porque eu não sei o que são barbies (por exemplo).** Pensei que fossem drags, pois barbies são bonecas bonitas e esculturais. Também não sei o que é Mix Brasil. Outra coisa que eu não sei: o que é se assumir por meio do bendito outing? Por amor de deus, o que é um outing? (Cartas, 1996, p. 6 – grifo nosso).

As dúvidas e curiosidades de Bruno revelam um elemento significativo da identidade, que é sua construção subjetiva volátil, em que ao mesmo tempo que molda é igualmente moldada socialmente por diferentes práticas e discursos. A identidade *barbie* era produzida coletivamente em todos os seus aspectos: subjetivos, estéticos e políticos. A normatização operou a construção desse modelo, mas, a partir dele, realizou-se normalizações, ou seja, difundiu-se essa fabricação alcançando outros sujeitos em tempos distintos, sincrônicos, mas também diacrônicos nas suas diferentes espacialidades (Martinelli, 2023). Nesse sentido, não surpreende que, em 1996, havia sujeitos que não sabiam o que isso significava ou mesmo depois, pois não foi um fenômeno simultâneo generalizado; ao contrário, foi espalhando-se pelo país, principalmente da área urbana para a rural.

A editoria respondeu à carta:

> Bruno, **a gente não aguenta mais explicar que baaaaaarbie é um cara fortão, parecido com um bofe, mas gay**. Outing significa artifício político (criado pelo movimento gay norte-americano) de denunciar publicamente a homossexualidade de uma pessoa enrustida, contra a vontade dela. Também pode ser usado no sentido de assumido, por exemplo: o melhor seria que todos nós fôssemos out. E, Mix Brasil é o nome de um festival de vídeo gay e lésbico, criado por André Fisher e Suzy Capó (também pais do termo GLS), que originou uma BBS gay e uma feira de moda. Agora chega, tá (Cartas, 1996, p. 6 – grifo nosso).

A resposta dada indica que essa dúvida não era algo corriqueiro, mas constante por parte de alguns leitores. Apesar de extremamente sucinta, focou um aspecto central das *barbies*, ou seja, seu corpo musculoso. Além disso, foi feita uma analogia com a palavra *bofe* que, no dialeto usado por algumas pessoas homossexuais, trata-se de um sujeito cisgênero,

masculino, viril, supostamente ativo e heterossexual. Mesmo que transasse com um homossexual, não costumava ser estigmatizado, pois cumpria seu papel social e sexual (Fry, 1982). Ironicamente, pelo retorno dado a Bruno, seria uma estética masculina versão gay. Isso faz lembrar que algumas pessoas entendiam a construção de um corpo forte pelos gays como artificial, uma encenação masculina, uma montagem, talvez resquício do estereótipo caricato do século XIX de um homem efeminado (Green, 2022).

Sutilmente, subjaz aí uma compreensão essencialista, em que somente um homem heterossexual poderia ser masculino. Uma separação entre um original e uma cópia, semelhante ao que Butler (2017) analisa com relação ao gênero, igualmente, uma ideia que ignora o seu aspecto de construção a partir de um referencial que não é, necessariamente, um sujeito que o agencia, conforme a autora.

A dialética do oprimido e do opressor

A masculinidade dos gays não goza do mesmo *status* da masculinidade dos heterossexuais. Isso porque os gays são vistos socialmente como menos homens, mesmo que aparentemente sejam mais viris e másculos. A masculinidade hegemônica, ou seja, aquela que é tida como a forma mais honrada de ser homem, além de ser normativa, interpela os sujeitos a perseguirem-na, a fim de gozar do seu prestígio aferido. No entanto, poucos são os que, de fato, a atingem (Connell; Messerschmidt, 2013). Não existe um modelo único de masculinidade hegemônica, e em meio às tentativas de aquisição de tais signos por meio da configuração de práticas e ações pelos sujeitos constroem-se também masculinidades subalternas (Kimmel, 1998).

O regime político cisheteronormativo igualmente oprime os gays, cobrando deles a cisgeneridade, a masculinidade e o comportamento devido para um homem no interior de uma dada cultura. Destoar dessas interpelações faz com que o sujeito seja vítima de diferentes opressões que podem ser maximizadas em razão de diferentes marcadores interseccionais. Podem-se citar discriminações verticais entre quaisquer pessoas na sociedade sobre os gays, mas também horizontais, entre os próprios homens, pelo fato de uns não serem ou parecerem heterossexuais, masculinos ou cisgênero. Cabe lembrar que, dentro do próprio universo homossexual, os que mais se aproximam do modelo hegemônico de masculinidade tendem a oprimir os que não correspondem a ele por meio de práticas explícitas ou veladas.

Os *gays padrão* compõem o grupo de sujeitos que ocupa um lugar de distinção dentro desse universo. Nos termos de Connell (2003), se poderia nomeá-los como performadores de uma *masculinidade cúmplice,* pois eles se beneficiam das benesses do patriarcado e da cultura falocêntrica, fora, mas também dentro do seu meio. Parte desses gays convive e/ou se interessa eroticamente apenas por outros com o mesmo biotipo, o que leva alguns que não o possuem a os criticarem devido à padronização dos gostos e desejos. No entanto, aqueles que possuem esse biotipo musculoso e padrão de beleza, mas que, por ocasião de alguma performance, sugerem feminilidade, são acusados de "feminina", "passiva", de modo a quebrar com aquilo que alguns entendem como encenação. Se em alguns casos se trata de uma atuação, não se pode generalizar, pois a preferência em termos de posição sexual não depende do gênero performado.

Isso significa que há várias questões polêmicas no universo homossexual e mesmo nele nem sempre existe "fraternidade"; ao contrário, há disputas, hierarquizações, opressões. Devido à normatização gay (Martinelli, 2023) e a produção de uma norma de ser gay viável e mais aceito socialmente, apostando em atributos como a cisgeneridade, a discrição e uma masculinização das suas carnes, operaram-se normalizações que produziram corpos e foram igualmente sedutoras de sujeitos que possuíam o desejo de alcançar esse modelo estético, subjetivo, político. Os *gays padrão* do Brasil possuem características compartilhadas com os de outros países, como a ideia de serem uma minoria estável, uma conformidade de gênero, marginalização de pessoas trans, maior integração à nação, famílias normalizadas (Drucker, 2017). Entretanto, o conceito de *nova homonormatividade* (Duggan, 2002) para se referir a esse fenômeno apresenta inconsistências, se aplicado de forma genérica e universal.

O termo alude ao regime político de visibilidade que orienta a maneira como as pessoas devem se relacionar, chamado de *heteronormatividade*, termo criado em 1991 (Miskolci, 2009). Ele propõe a compreensão de que não existe apenas uma *heterossexualidade compulsória* (Rich, 2010), mas, sim, um regime que deve ser seguido igualmente pelas pessoas homossexuais, que cumpre com as expectativas, gênero e normas sociais. Ao tomar como exemplo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, os meninos são ensinados, através de diferentes pedagogias, a tornarem-se homens, brincando com carrinhos, vestindo azul, jogando bola etc., ainda que possam existir diferenças regionais. Evidentemente, isso está mudando, mas o poder de ação desse regime é muito maior. Seu oposto não existe, pois não há um aparato

institucional, social, político e cultural que ensine desde tenra idade o sujeito a ser gay. Usar o conceito de *homonormatividade* pode sugerir que se trata do oposto ao regime que nos governa, gerando uma imprecisão.

Se existiram modelos internos que orientavam a maneira como determinados sujeitos deviam ser ou se portar no interior de determinados grupos de sociabilidade homossexual para serem vistos como integrantes, isso não pode ser tomado como norma generalizada. Assim como já foi mencionado, no início do próprio Movimento Homossexual no Brasil havia divergências em termos de que imagem iriam apresentar à sociedade numa época em que a identidade homossexual estava sendo assumida no país. Essas técnicas se aproximam do que Foucault (2008) chamou de *normação*, ou seja, uma forma de exercício do poder sobre os corpos dos sujeitos, adestrando-os, disciplinando-os na constituição da identidade homossexual, adequando-os mediante a alteração da *normação* anterior imposta pelo regime da *heteronormatividade*.

Desde meados do século XIX as pessoas homossexuais eram classificadas como doentes pelo discurso da área da medicina, que gozava de um enorme prestígio em termos de cientificidade e valoração social. Apesar das críticas e de outros discursos que se opuseram a ele, sua patologização permaneceu predominante no Brasil até 1985. Nesse sentido, não houve uma norma imposta aos gays para ser seguida e de forma generalizada; era justamente o fato de não fazer parte da norma heterossexual que os categorizou como anormais, sem norma, fora da norma. Havia tecnologias de poder que assujeitavam a população homossexual, mas havia resistências que foram, inclusive, responsáveis pela posterior despatologização, dando-lhes o *status* de normalidade.

Dessa forma, referir-se aos anos 1990 como época de uma *nova homonormatividade* é ainda mais problemático, haja vista que pressupõe a existência de uma homonormatividade anterior. Cabe, todavia, a indagação: de que forma, como, em que período, que características tinha? Trata-se de questões pouco ou nada abordadas pelas pessoas que usam o conceito. Dessa forma, parece que ele não é capaz de sintetizar ou traduzir uma experiência histórica vivida pelas pessoas homossexuais no Brasil e em todos os lugares.

Parece oportuno pensar numa normatização gay, produto de um fenômeno biopolítico de conexões transnacionais que produziu uma norma para ser gay. Um processo que não pediu autorização a nenhuma liderança ou movimento homossexual; foi algo que os capturou. Dois

tipos de existências e vivências homoeróticas foram separadas: as vidas humanizadas e as vidas nuas, entendidas a partir de Agamben (2002). A biopolítica iria gerir a população homossexual, fazendo com que a maioria das pessoas adquira os signos que conferiam maior respeitabilidade e humanidade, afastando aqueles que reproduziam signos inferiorizados. O exercício do poder de enaltecimento de algumas vivências e estilos de ser gay produziu a norma e, a partir dela, poderiam ser realizadas as normalizações. Nesse sentido, o processo de normatização gay nada mais é do que um produto do próprio regime cisheteronormativo e, como tal, oprime os sujeitos a buscar obter um tipo de corpo, uma masculinidade e um estilo de vida creditado pelo mesmo sistema que o forjou, algo que não é acessível a todos (Martinelli, 2023).

Esse construto masculinizador também é opressivo para os próprios sujeitos gays que se veem persuadidos a conquistar tal estética ou permanecer à margem do desejo homoerótico produzido como atraente. Esse modelo de beleza masculino, sobretudo a fabricação do biotipo físico musculoso e a crescente preocupação com a estética, acarretou muitos problemas para os sujeitos masculinos, os quais podem metaforicamente ser nomeados como *Complexo de Adônis* (Pope; Phillips; Olivardia, 2000). Para os autores, boa parte desses entraves são de ordem fisiológica, afetando a saúde, pois alguns sujeitos acabam recorrendo a extremos a fim de conquistar um corpo malhado, fazendo uso de anabolizantes, drogas. Como consequência, há alterações hormonais e mudanças nos hábitos e atitudes com as pessoas que estão à sua volta, além das doenças futuras que aparecerão devido ao seu uso. Da mesma forma, ocorre o desenvolvimento de problemas psíquicos na busca de um corpo que nunca é visto como suficientemente bom.

Isso permite retomar a questão da misoginia. Se de um lado há o aspecto atrativo de um corpo musculoso e viril, de outro, há também os efeitos nocivos que a busca por esse corpo gera. O esforço para atingir esse objetivo é atravessado por intercâmbios simbólicos que levam ao extremo a necessidade de eliminar qualquer resquício de feminilidade. E essa discriminação está presente dentro do próprio universo homossexual, pois ter esse biotipo musculoso, padrão, não significa a reprodução de papéis sexuais (Fry; MacRae, 1985), de modo que um sujeito musculoso e com aparência viril pode, em algumas situações, performar comportamentos considerados femininos e vice-versa. A questão, aqui, é a presença e

reprodução da desqualificação da feminilidade assim como acontece na sociedade, de maneira geral.

A noção do que é feminino e o rechaço às diferentes formas de feminilidade, ao qual chamamos de misoginia, tem uma longa história na sociedade Ocidental. Simone de Beauvoir (1967), em 1949, na primeira edição do livro *O segundo Sexo*, já denunciava esta situação recorrente. Textos religiosos fundantes de grandes religiões e das filosofias têm definido o feminino como algo do qual as pessoas consideradas masculinas devem se afastar. À feminilidade é atribuída a perda do paraíso e o afastamento dos homens em relação aos deuses e, também, capaz de destruir civilizações, se distanciar da razão, trazer a desordem para o mundo. E mesmo que o que é considerado feminino e masculino, numa determinada cultura e período histórico, não seja o mesmo, há uma constante: definições mais fortes ou mais frágeis do que seja feminilidade e masculinidade, relações hierarquizadas que estabelecem a superioridade masculina sobre a feminina. Tudo isso tem sido o ensejo de misoginia, aqui entendida como o ódio às mulheres por serem mulheres ou, no mínimo, grande desprezo pelo que a época e a cultura consideram como ligado à feminilidade.

Nesta sociedade que tradicionalmente tem desprezado a feminilidade e manifestado sua misoginia, nem mesmo os homens que se identificam como homossexuais ou até mesmo as pessoas que se identificam como mulheres conseguem escapar facilmente deste rechaço ao feminino. Assim, não é de estranhar que o *gay padrão* contemporâneo performe masculinidade e, muitas vezes, expresse misoginia.

Considerações Finais

Neste texto, foi discutida a fabricação do *gay padrão* no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, como parte de um fenômeno biopolítico sobre a população homossexual, com conexões transnacionais, tributário das tecnologias de poder perpetradas pelos veículos de imprensa e mídias, no contexto das transformações daquela conjuntura. A partir desse processo, objetivou-se demonstrar a normatização e a normalização de um sujeito *gay* masculino na sociedade, analisando os efeitos sociais, políticos e simbólicos que o biotipo físico musculoso passou a reproduzir. Além da nova subjetividade e estética desses *gays* que foi tornada padrão hegemônico de beleza dentro do universo homossexual, afetando tanto sujeitos cis quanto trans, mas também fora desse ambiente, reiterou signos que visam afastar-se de quaisquer resquícios de feminilidade nos seus corpos.

Essa fabricação foi construída sob a égide do regime da cisheteronormatividade e do patriarcado, de modo que o lastro histórico de inferiorização à feminilidade foi um componente igualmente disputado nas construções subjetivas dos *gays* e evitado, como demonstrado, no modelo hegemônico contemporâneo. Esse, por sua vez, também foi tornado objeto de desejo erótico e seduz muitos sujeitos a buscar tais benesses sociais, além de outros poderes que os interpelam a fim de normalizá-los. Mesmo de forma não intencional, a própria estética hipervirilizada do *gay padrão* é um sinal do afastamento, por vezes até forçado, de tudo que representa a feminilidade. Alguns agenciam práticas misóginas em dadas situações, porém são também efeitos do próprio sistema que os moldou.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: EDUFMG, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. *In*: COURTINE Jean-Jacques (Dir.). *História da virilidade*: a virilidade está em crise? Séculos XX-XXI. Tradução de Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 189-220.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARTAS à redação. *Rose*, Curitiba, n. 8, p. 38, 1979a.

CARTAS à redação. *Rose*, Curitiba, n. 10, p. 36, 1979b.

CARTAS à redação. *Rose*, Curitiba, n. 22, p. 38, 1980a.

CARTAS à redação. *Rose*, Curitiba, n. 31, p. 38, 1980b.

CARTAS à redação. *Rose*, Curitiba, n. 39, p. 38, 1981.

CARTAS. *Sui Generis*, Rio de Janeiro, ano II, n. 17, p. 6, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História cultural*: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

CONNELL, Raewyn. *Masculinidades*. México: UNAM, 2003.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 262-163, 2013.

CONRAD, Sebastian. *A globalização do corpo ideal na virada do século XIX para o XX*. Aula inaugural do PPGH da UFSC proferida em 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3idWccFqt_s. Acesso em: 02 nov. 2024.

D'EMILIO, John. *Sexual Politics, Sexual Commmunities*: The Making of a Homosexual Minority in the United States, 1940-1970. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

DANIEL, Herbert. A síndrome de nossos dias. *In:* DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. *Aids – a terceira epidemia*: ensaios e tentativas. São Paulo: Iglu, 1991. p. 115-123.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação *queer*. *Cadernos Cemarx*, Campinas-SP, n. 10, p. 197-217, 2017.

DUGGAN, Lisa. The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism. *In:* CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana D. *Materializing democracy*: toward a revitalized cultural politics. Londres: Duke University Press, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio*: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade IV*: as confissões da carne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, Isadora Lins. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares*: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. *In*: FRY, Peter. *Para inglês ver*: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 87-113.

FRY, Peter; MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

GGB. Boletim n. 1, agosto/1981. *In*: MOTT, Luiz (Ed.). *Boletim do Grupo Gay da Bahia (1981-2005)*. Salvador: GGB; Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2011. p. 12-22.

GREEN, James. *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 3. ed. São Paulo: EDUNESP, 2022.

GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

LIMA, Marcus Antônio Assis. *O estilo Sui Generis de vida gay*. Uberlândia, MG: O sexo da palavra, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 8-42.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. *In*: MACRAE, Edward. *A construção da igualdade*: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA, 2018. p. 37-49.

MARTINELLI, Leonardo da Silva. *Da normatização à normalização de masculinidades homoeróticas*: uma arqueogenealogia do gay padrão no Brasil (1980-1999). 2023. Tese (Doutorado) – CFH-UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, jan.-jun. 2005.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual*: um símbolo de estigma no discurso cotidiano. 3. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Booklink; NECVU/IFICS/UFRJ; LeMetro/IFICS/UFRJ, 2007.

MOTT, Luiz. Os médicos e a aids. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 4-12, 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=48769. Acesso em: 30 set. 2022.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade:* do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

PARKER, Richard. *Abaixo do equador*: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 125-157, 2009.

POPE, Harrisson; PHILLIPS, Katharine A.; OLIVARDIA, Roberto. *O Complexo de Adônis*: a obsessão masculina pelo corpo. Campus: São Paulo, 2000.

PRIMEIRA vítima: suspeita de AIDS leva a população de Araguari, em Minas, a expulsar cabeleireiro. *Veja*, São Paulo, n. 887, 4 set. 1985, p. 109-110.

PUBLICIDADE. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 19, set. 1979a.

PUBLICIDADE. *Lampião da Esquina*, n. 19, dez. 1979b.

PUBLICIDADE. *Lampião da Esquina*, n. 20, jan. 1980.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+*: uma breve história do século XIX aos dias atuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REINAUDO, Franco; BACELLAR, Laura. *O mercado GLS*: como obter sucesso com o segmento de maior potencial na atualidade. São Paulo: Ideia & Ação, 2008.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, Natal, n. 5, p. 17-44, 2010.

RODRIGUES, Jorge Caê. *Impressões de identidade*: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil. Niterói: EDUFF, 2010.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; EDUFRGS, 2016.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. *A invenção do sair do armário*: a confissão das homossexualidades no Brasil (1979-2000). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo; MARTINELLI, Leonardo da Silva. Os prazeres da carne masculinizada: a fabricação midiática do deleite homoerótico no Brasil durante a ditadura civil-militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 45, n. 98, p. 1-22, 2025.

TEODORESCU, Lindinalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *Histórias da aids no Brasil*: as respostas governamentais à epidemia de aids. Brasília: UNESCO, 2015. v. 1.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRINDADE, Ronaldo. *De dores e de amores*: transformações da homossexualidade paulistana na virada do século XX. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

UMA boa defesa: cientistas descobrem uma arma contra a AIDS. *Veja*, São Paulo, n. 859, p. 42, 20 fev. 1985.